

FINANÇAS E MAR

Gabinetes da Ministra do Mar e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 2885/2018

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de assistente operacional com funções de motorista.

A concessão de autorização genérica de condução de viaturas oficiais do Estado aos trabalhadores dos serviços e organismos não integrados na carreira de assistente operacional com funções de motorista pressupõe, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, que os serviços e organismos disponham de viaturas do Estado que lhes estejam afetas e tenham carência de motoristas.

A concessão desta autorização justifica-se pela necessidade de racionalização dos meios disponíveis, bem como pela natureza das atribuições de alguns serviços e ainda pela escassez de pessoal qualificado para a condução de viaturas, permitindo, deste modo, uma racionalização dos meios e uma redução de encargos para o erário público.

Para a prossecução das atribuições do Gabinete de Investigação de Acidentes Marítimos e da Autoridade para a Meteorologia Aeronáutica (GAMA), o seu dirigente e demais trabalhadores com funções técnicas têm de efetuar frequentes deslocações em serviço externo, designadamente junto dos serviços, organismos, empresas ou instituições, públicas ou privadas, sujeitas a inspeção, supervisão ou investigação, o que implica uma utilização assídua de uma viatura de serviços gerais.

Para o efeito, o GAMA dispõe de viaturas afetas ao seu serviço, mas não dispõe de assistentes operacionais, com funções de motorista, para assegurar as deslocações necessárias.

Nestes termos, justifica-se que seja autorizada genericamente a condução de viaturas oficiais pelo dirigente, bem como pelos trabalhadores, exclusivamente para deslocações motivadas pela prestação de serviço, por forma a garantir o regular funcionamento do organismo, e bem assim a eficaz prossecução das respetivas competências.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, determina, o Governo, pela Ministra do Mar e pela Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público no uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 8138/2017, de 23 de agosto, do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro de 2017, o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afetas ao GAMA ao seu Diretor, Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira.

2 — É conferida ainda permissão genérica de condução de viaturas oficiais afetas ao GAMA ao trabalhador Tiago Sarandes Teixeira, que exerce funções de inspeção técnica de acidentes e incidentes marítimos, com disponibilidade permanente para a prestação de trabalho a qualquer hora e em qualquer dia, sempre que solicitada.

3 — As permissões previstas nos números anteriores aplicam-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

4 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, e demais legislação aplicável e caduca, para cada um dos autorizados, com o termo das funções em que se encontrem investidos à data da autorização.

12 de março de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311201013

Despacho n.º 2886/2018

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de assistente operacional com funções de motorista.

A concessão de autorização genérica de condução de viaturas oficiais do Estado aos trabalhadores dos serviços e organismos não integrados na carreira de assistente operacional com funções de motorista pressupõe, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, que os serviços e organismos disponham de viaturas do Estado que lhes estejam afetas e tenham carência de motoristas.

A concessão desta autorização justifica-se pela necessidade de racionalização dos meios disponíveis, bem como pela natureza das atribuições de alguns serviços e ainda pela escassez de pessoal qualificado para a

condução de viaturas, permitindo, deste modo, uma racionalização dos meios e uma redução de encargos para o erário público.

Para a prossecução das atribuições da Autoridade de Gestão do Mar2020 (AG MAR2020), os seus dirigentes e demais trabalhadores têm de efetuar frequentes deslocações em serviço externo, designadamente junto dos organismos intermédios, parceiros sociais e promotores do Programa Operacional relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (PO Mar2020), o que implica uma utilização assídua de uma viatura de serviços gerais.

Para o efeito, a AG MAR2020 dispõe de viaturas afetas ao seu serviço, mas não dispõe de assistentes operacionais, com funções de motorista, para assegurar as deslocações necessárias, resultando daqui a necessidade de os dirigentes e demais trabalhadores estarem genérica e devidamente habilitados à utilização das viaturas afetas a este Organismo.

Verificados os pressupostos legais, através do Despacho n.º 15189/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 19 de dezembro de 2016, foi autorizada genericamente aos dirigentes e a um trabalhador, a condução de viaturas oficiais, exclusivamente para deslocações motivadas pela prestação de serviço, por forma a garantir o regular funcionamento do organismo, e bem assim a eficaz prossecução das respetivas competências.

Entretanto, pelo Despacho n.º 10870/2017, da Senhora Ministra do Mar, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 12 de dezembro, foi nomeada Secretária Técnica do PO Mar2020 Sibila Maria Leitão Medina Silva, mantendo-se as razões justificativas consagradas no Despacho n.º 15189/2016, de 19 de dezembro, para a permissão genérica de condução de viaturas oficiais a esta dirigente, exclusivamente para deslocações motivadas pela prestação de serviço, por forma a garantir o regular funcionamento do organismo, e bem assim a eficaz prossecução das respetivas competências.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, determina o Governo, pela Ministra do Mar e pela Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, no uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 8138/2017, de 23 de agosto, do Ministro das Finanças, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 181, de 19 de setembro, o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afetas à AG MAR2020 à Secretária Técnica do PO Mar2020, Sibila Maria Leitão Medina Silva.

2 — A permissão prevista no número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — Esta permissão genérica rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, e demais legislação aplicável e caduca, para a autorizada, com o termo das funções em que se encontra investida à data da autorização.

13 de março de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — 6 de março de 2018. — A Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311205015

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2887/2018

Considerando que o Depósito de Munições NATO de Lisboa (DMNL) é uma infraestrutura NATO ativa cuja finalidade é o cumprimento da missão militar da Aliança Atlântica;

Considerando que o DMNL, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, em utilização pela Marinha, integra o domínio público militar;

Considerando que o Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, dispõe que a zona confinante com o DMNL fica sujeita a servidão militar definida nos termos do mesmo diploma, com o objetivo principal de garantir a segurança de pessoas e bens em face da missão específica daquela instituição, nomeadamente, o armazenamento ou inativação de explosivos de grande capacidade;

Considerando que, ao abrigo do Decreto n.º 27/2017, de 14 de agosto, a entidade militar competente para o efeito levantou o correspondente «auto de notícia» com a data de 3 de janeiro de 2018, no seguimento de ações de fiscalização na zona de servidão militar do DMNL, dando notícia que se foi reiniciada a construção de uma habitação, junto da posição com as coordenadas 38°34'6.54"N/9°6'58.9"W (coordenadas Google Earth), Lote 16, freguesia de Fernão Ferro, concelho do Seixal, sem autorização da autoridade militar competente;

Considerando que as servidões militares e outras restrições de interesse militar ou de interesse para a defesa nacional têm por fins, entre outros,